



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 63/XIII/2.ª SL

Aos sete dias do mês de fevereiro de 2017, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 60, 61 e 62/XIII/2.ª SL;
2. Apreciação e aprovação do parecer relativo COM(2016)950 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Plano de Ação Europeu no Domínio da Defesa. Deputado Relator: João Rebelo (CDS-PP);
3. Informações;
4. Audições, a requerimento do GP/PCP, "a propósito do novo Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas":
 - Associação dos Oficiais das Forças Armadas;
 - Associação Nacional de Sargentos;
 - Associação de Praças.

A reunião foi aberta pelo Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Miranda Calha (PS), e foram submetidas à apreciação dos Senhores Deputados as atas n.ºs 60, 61 e 62/XIII/2.ª SL, após o que foram votadas e aprovadas por unanimidade.

De seguida o Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) apresentou o relatório referente à [COM\(2016\)950](#) - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Plano de Ação Europeu no Domínio da Defesa.

Intervieram então os Senhores Deputados João Vasconcelos (BE), que, não se opondo às conclusões do relatório, expressou a sua discordância com o caminho que a Europa está a seguir; Ascenso Simões (PS), que, considerando o relatório positivo, alertou para a semelhança dos sucessivos planos, retóricos e sem relevância prática para a defesa da Europa; e Pedro Roque (PSD), que, concordando com o teor do relatório, lembrou que os gastos com a defesa não

podem ser encarados como desperdício, mas como o “mal necessário” para a segurança da Europa.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) informou que grande parte da despesa prevista no plano não é destinada ao armamento e recordou que é elevado o investimento destinado a fins de duplo uso e que, por outro lado, a Europa não pretende armar-se para destruir o mundo, lembrando todo o tipo de operações humanitárias e de manutenção de paz em que tem intervindo. Finalmente, afirmou acreditar que se está a operar uma mudança, atendendo designadamente ao número de referências, que em muito pouco tempo, o Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, ao tema da defesa da Europa.

Submetido a votação, nas partes regimentalmente votáveis, foi o relatório aprovado com os votos favoráveis do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE e a abstenção do PCP.

O Senhor Deputado João Soares (PS) solicitou então que a reunião prosseguisse à porta fechada a fim de poder tratar de um assunto que carecia de alguma reserva, o que foi aceite consensualmente.

Tornando-se novamente pública, sob a presidência do Senhor Deputado João Vasconcelos (BE), Vice-Presidente da Comissão, foi dado início às audições requeridas pelo GP/PCP, “a propósito do novo Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas”.

Na primeira audição, com Associação dos Oficiais das Forças Armadas, que estava representada pelo Presidente da Direção, Tenente-Coronel António Costa Mota, e pelo Secretário-geral, Capitão-Tenente Diocleciano Branco Batista, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou o requerimento, realçando a importância do novo regulamento e a preocupação com a contestação de que tem sido alvo.

Seguidamente o Presidente da AOFA fez uma intervenção, na qual enunciou os pontos do diploma que a associação considera inaceitáveis, e que devem ser revistos, por promoverem a arbitrariedade e porem em perigo a coesão e a disciplina das Forças Armadas, conforme documento enviado à Comissão e distribuído aos Senhores Deputados.

Intervieram os Senhores Deputados Pedro Roque (PSD), Diogo Leão (PS), Jorge Machado (PCP) e João Vasconcelos (BE), que se comprometeram a analisar o regulamento, cuja entrada em vigor terá lugar apenas em 2018, no sentido de entenderem se poderá ser melhorado, tendo o Senhor Deputado Diogo Leão (PS) sugerido que a Comissão ponderasse a possibilidade de ouvir o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas e o Ministro da Defesa Nacional sobre o assunto.

O Secretário-Geral da associação usou da palavra para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.

A audição seguinte, com a Associação Nacional de Sargentos, cuja delegação era constituída pelo seu Presidente, José Gonçalves, e pelo Vice-Presidente António Taveira, seguiu o mesmo formato da anterior, tendo a associação elencado as questões que, em sua opinião, impede que a aplicação o diploma, tal como foi aprovado, possa refletir com verdade o mérito dos militares. Às questões colocadas pelos Senhores Deputados Pedro Roque (PSD), Diogo Leão (PS), Jorge Machado (PCP) e João Vasconcelos (BE), respondeu o Vice-Presidente da associação, reforçando os argumentos de oposição ao diploma constantes dos documentos que enviaram à Comissão e que foram distribuídos aos Senhores Deputados.

Finalmente, procedeu-se à audição da Associação de Praças, cuja delegação era constituída pelo seu Presidente, Luís Reis, e pelos Vice-Presidentes, Carlos Nicolau e Paulo Amaral, bem como pelo Dr. Francisco Pessoa Leitão, do Departamento Jurídico.

As intervenções iniciais foram da responsabilidade do jurista e do Presidente da associação, tendo sido especificados os aspetos que consideram carecerem de revisão, de acordo com o documento que fizeram chegar à Comissão e que foi distribuído aos Senhores Deputados.

Às questões colocadas pelos Senhores Deputados Pedro Roque (PSD), Diogo Leão (PS), Jorge Machado (PCP) e João Vasconcelos (BE), respondeu o Presidente da associação.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 18:00, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de fevereiro de 2017.

O VICE-PRESIDENTE

(MIRANDA CALHA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Ascenso Simões
Bruno Vitorino
Carlos Costa Neves
Diogo Leão
Firmino Pereira
Idália Salvador Serrão
João Rebelo
João Soares
João Vasconcelos
Jorge Machado
José de Matos Correia
Luís Pedro Pimentel
Marco António Costa
Miguel Coelho
Miranda Calha
Pedro Roque
Rosa Maria Bastos Albernaz
Rui Silva
Carlos Alberto Gonçalves
Luís Montenegro
Miguel Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Clara Marques Mendes
José Miguel Medeiros

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Filipe Soares
Vitalino Canas